# PENSANDO DEMOCRACIA E MEMÓRIA NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DO CURSO DE HISTÓRIA: A GUERRILHA DO ARAGUAIA

SILVA, Moisés Pereira. Coordenador do Projeto RP-História

Docente UFNT. Email: [moises.silva@ufnt.edu.br](mailto:moises.silva@ufnt.edu.br)

SILVA, Welington Sampaio, Docente IFTO, Precetor do Projeto RP-História

Docente IFTO. Email: [sampaio@ifto.edu.br](mailto:sampaio@ifto.edu.br)

**Área: Ciências humanas, sociais aplicadas e letras**

# RESUMO

A educação vive uma experiência bastante acelerada de repetição do passado, ora apresentado como fosse uma grande novidade, ora como tábua de salvação. A maior expressão disso tem sido o tecnicismo ressuscitado pela reforma curricular em curso, de que a BNCC e a proposta de Novo Ensino Médio, são as expressões mais contundentes. Em face disso, o subprojeto de história do CCI Cimba, da UFNT em Araguaína-TO, procurou viver a experiência da Residência Pedagógica como tempo/espaço de desenvolvimento da consciência histórica, tendo a memória como fonte, e a Guerrilha do Araguaia como tema chave para a discussão sobre democracia no Norte do Tocantins, marcado ainda pelos resquícios da violência da Ditadura Civil-Militar e suas consequências. Nesse sentido, essa comunicação socializa resultados parciais do Programa Residência Pedagógica que teve na metodologia a história oral o seu método, e na aproximação da formação inicial de professores com atividades de pesquisa e de docência, o meio para pensar esse espaço/tempo para além da compreensão instrumental do ensino de história.

**Palavras-chave:** Educação Histórica. Memória. Guerrilha do Araguaia. Residência Pedagógica.

**1. INTRODUÇÃO**

O reformismo educacional de viés privatista, especialmente a partir da segunda década do século XXI, tem revigorado a ideia da história como instrumento de homogeneização a partir da unificação das diferenças. Considerando esse movimento, nossa intenção tem sido refletir o currículo de história e a possibilidade de, a partir do Programa Residência Pedagógica, pensar gênero e violência no campo, trabalhando com a memória enquanto alternativa ao autoritarismo da proposta curricular de que a BNCC e a política do Novo Ensino Médio constituem expressão. Partimos da hipótese de que essa pode ser uma possibilidade para um processo educativo, no campo da história, que, aproximando Freire (1967; 1987) e Rüsen (2006; 2015), seja emancipatório, no que a memória como fonte e a história oral como metodologia, têm se mostrado alternativa.

Já refletimos (SILVA, 2022; 2023) sobre os desafios da dicotomia, com certo desprezo ao caráter didático, que tem marcado o tratamento das experiências de ensino na licenciatura em história. As discussões sobre experiências de ensino, como Estágio Supervisionado Obrigatório, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID, e Programa Residência Pedagógica, RP, têm se dado muito no campo da prática na forma de relatos de experiência. O sentido da nossa proposta é outro. Parte da ideia de que a educação é um ato pensado, intencional, e por isso político, e assim sendo, a experiência enquanto ato não tem sentido em si mesmo, a não ser pelas intenções políticas que lhe são inerentes. Dito de outra forma, a escola, e o ensino de história por consequência, não existem senão em função de um projeto que lhe dão substância, no que a reflexão crítica sobre o projeto nos parece mais urgente. É nesse sentido que se tem pensado, na relação com a Guerrilha do Araguaia no contexto do Programa Residência Pedagógica, as mulheres (TELES, 2014), a violência no campo (MARTINS, 1983 e 1984) e a disputa pela memória (PEIXOTO, 2011), tendo a crítica sobre o currículo como referência.

É preciso dizer, em termos de justificativa, que consideramos nessa nossa proposta desde a crise das licenciaturas à crise geral da democracia no Brasil como base dessa proposta. Em síntese, diante de um contexto em que muitos temas são quase tabus, como Democracia, violência do Estado, Gênero, dentre outros, criar espaço de debate sobre a Ditadura Civil Militar, a partir da Guerrilha do Araguaia, e suas consequências para a sociedade brasileira, especialmente do Norte do Tocantins, é muito necessário às nossas escolas e é a educação que estamos propondo.

Então, o grande problema é a própria polarização da sociedade e o recrudescimento do autoritarismo dentro das escolas e como, em espaços escolares imersos na ideologia autoritária militar, podemos desenvolver práticas de educação histórica fundadas numa concepção democrática e dialógica de educação.

O problema aponta para nossos objetivos, ou seja, diante de um cenário em que a democracia efetiva é o desafio, fazer uma educação histórica que seja dialógica, como estratégia de promoção da democracia é o grande objetivo. Mas, nesse fazer, também se qualifica a educação nas escolas em que se desenvolve a Residência Pedagógica. Valorizar o trabalho dos professores da educação básica e acentuar o diálogo entre escolas e universidade também são objetivos que têm sido alcançados com muito êxito.

**2. METODOLOGIA**

Nossa metodologia tem sido realização de pesquisa, envolvendo os alunos das escolas campo – da educação básica –, discussão dos resultados na escola e, a partir daí, reconstrução dialógica dos saberes (DEMO, 2000) sobre esse tema. Como resultados, desde os primeiros contatos os alunos têm demonstrado maior interesse nas aulas de história e se tem superado o modelo de aula mecânica-funcionalista prescrita pelas orientações da BNCC, o que é uma grande vitória.

Quanto às questões teórico-metodológicas, a memória constitui fonte primária nesse projeto. Mas documentos, como o acervo digital da Comissão Nacional da Verdade e da Fundação Maurício Grabois também são fontes imprescindíveis. Sobre a memória, a partir de estudos como de Thompson (1992), Portelli (2010) e Verena Alberti (2005) tem se privilegiado a audição de mulheres camponeses afetadas pela Guerrilha do Araguaia num esforço de apresentação desses relatos aos alunos da educação básica como forma de subsidiar os estudos e consequente debate em torno do tema. O esforço é, a partir da Guerrilha do Araguaia, discutir a democracia não só na violação de que foi objeto pelo próprio regime de exceção, mas especialmente, na demonstração de que a censura que se opera hoje, inclusive interditando as discussões sobre os movimentos sociais, de modo geral, é parte da crise geral da nossa democracia.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O primeiro esforço, no sentido de consecução dos objetivos estabelecidos no subprojeto de história, foi de conhecer o contexto da comunidade escolar. Como se disse inicialmente, a educação é um ato intencional, por isso político. Então, a intencionalidade do ato demanda estratégias, identificado como planejamento escolar, em vistas ao fim que se pretende. Não é possível, no entanto, pensar intervenção desconhecendo o campo objeto da intervenção. Conhecer o campo é, pois, um gesto complexo que nos exigiu além da aproximação com a estrutura física, o prédio da escola, também conhecimento do público e do projeto de educação das escolas selecionadas para a realização da Residência. Os alunos residentes, em consequência disso, supervisionados pelos preceptores, principiaram a Residência a partir de visitas às escolas e leituras dos seus documentos, como o Projeto-Político-Pedagógico.

O caráter intencional do movimento de encontro com a comunidade, lendo os documentos, mas também ouvindo sobre o perfil dos alunos atendidos nas escolas, é que significou e tem significado o sentido do planejamento escolar. Isso equivale a dizer que pressupomos o conhecimento do campo de atuação como condição para o planejamento. É possível, no entanto, que se planeje uma ação sobre o desconhecido, mas é certo que as possibilidades de êxito serão maiores quando a ação pensada se dá sobre objeto conhecido.

Do estudo da realidade e da participação no planejamento da escola, os residentes passaram ao acompanhamento dos professores, com realização de regências e atividades vinculadas ao nosso próprio subprojeto, como o estudo da memória, da metodologia da história oral e atividades de campo. Nesse último caso, tem gerado grande expectativa a atividade de campo na Vila Santa Cruz dos Martírios, planejada para o segundo semestre de 2023, onde mantemos contato com a dona Madalena, camponesa cuja família foi envolvida pela violência da repressão militar aos guerrilheiros do Araguaia, tendo seu pai sido preso e torturado por manter relações com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão como era conhecido entre os camponeses.

Há muita boniteza na arte de transmutar as práticas reformistas sob o mesmo discurso dos reformadores. Eles justificam o mal que produzem pela redenção que esse mal representaria, nós temos promovido educação com qualidade política a partir dos mesmos argumentos, ou seja, de que a educação precisa ser pragmática na construção de um mundo melhor aqui e agora. Concordamos com, e defendemos incondicionalmente, os direitos de aprendizagem. Mas é direito de aprendizagem dos alunos e alunas, incondicionalmente, a própria identidade enquanto povo, ou seja, saberem de si mesmo enquanto sujeitos históricos. E é nessa direção que estamos orientando a experiência da Residência Pedagógica do curso de história.

**4. CONCLUSÕES**

A estabilidade da repetição histórica das reformas educacionais leva a uma conclusão óbvia, a repetição é sintomática do fracasso dessas reformas. István Meszáros (2008) avalia que, embora a educação formal tenha o papel de produzir conformidades ou consensos, as reformas educacionais fracassam uma vez que “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”. Há uma estética no discurso fundada sempre na solução dos problemas da sociedade a quem as reformas se dirigem. Todavia, os problemas têm sua base no próprio sistema que, no discurso educacional, que mudar a escola sem mudar-se enquanto sistema. Não é possível aos gestores do capital admitir, discursivamente, a gradação humana, inclusive tragédias como o trabalho escravo. Mas, ao mesmo tempo, em que o discurso se faz em nome da dignidade humana, são estas reformas que ensinam os pobres fazerem brigadeiro para tornarem-se empreendedores e, assim, não dependerem do Estado.

O discurso é bonito porque, de fato, o ideal é que ninguém dependa economicamente do Estado. Todavia, ao mesmo tempo em que se propõe um componente curricular que ensine fazer brigadeiro como estratégia de autonomia econômica do mais pobre, as elites econômicas se apropriam, à exaustão, dos recursos do mesmo Estado, e não vê problema algum nisso porque realmente essas elites acreditam-se as únicas destinatárias dos bens do Estado, postos à suas disposições apenas para que fiquem mais ricas enquanto os pobres ficam mais pobres. Tem sido bonito ouvir pessoas como a Dona Maria Madalena[[1]](#footnote-1) a Sônia Haas Sobrinho[[2]](#footnote-2), dentre outros entrevistados que vão ajudando a entender coo fazendeiros e agentes do Estado apresentaram aos camponeses do Araguaia-Tocantins a face do mal numa proporção que esse povo ainda não conhecia. Toda a dor que já ouvi nas palavras cortadas por lágrimas de Dona Madalena tem se transformado em força, para a própria dona Madalena, que segue com seus projetos e avança no uso sustentável de sua terra e na persistência em existir, e resistir.

**5. FINANCIAMENTOS**

Financiamento da CAPES.

**6. REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DEMO, Pedro. *Educar pela Pesquisa*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*: terra e poder – o problema da terra na crise política.Petrópolis: Vozes, 1984.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set.-dez. 2011.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral.* São Paulo: Letra e Voz, 2010.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. TAVARES, Isa (Trad.). 2ª ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kisnick. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn . *Teoria da história*: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.

SILVA, Moisés Pereira. As especificidades do estágio em história como utopia necessária.*Aedos*, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 278-291, jan.–jun., 2023.

SILVA, Moisés Pereira. OLIVEIRA, Maria Jôyara Silva. O documento curricular do tocantins e o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. *Escritas*: Revista do curso de História. Vol. 14, n. 2. (2022), p. 128-148.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TELES. Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, Bauru, V. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

1. Madalena Vieira da Silva, nascida em 10 de maio de 1964, é esposa de seu Getúlio e filha de Seu Carlos Vieira da Silva, este último, preso e torturado pela repressão por ser amigo de Osvaldão. Dona Madalena tem se constituído numa referência para pesquisadores do tema da Guerrilha do Araguaia não só pela memória que tem dos eventos, mas também pelo calor humano com que tem acolhido pesquisadores de diferentes áreas e instituições no aconchegante *Cantinho da Madalena,* na Vila Santa Cruz dos Martírios, município de São Geraldo do Araguaia, Pará.. [↑](#footnote-ref-1)
2. Irmã de João Carlos Haas Sobrinho, o Doutor Juca, guerrilheiro desaparecido durante a Guerrilha do Araguaia. [↑](#footnote-ref-2)